



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ACTA N.º 10/X-2º/2010-11

(Sessão Comemorativa do 25 de Abril de 1974)

- 1 - Aos vinte e nove dias do mês de Abril de dois mil e onze, pelas 21H15, no Salão Polivalente da Escola Básica 1º Ciclo/Jardim de Infância, sitas na Rua Raposo de Cima, Monte de Caparica, na Caparica, realizou-se uma Reunião Extraordinária da Assembleia Municipal de Almada, para Comemoração do 25 de Abril de 1974.
- 2 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.
- 3 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se a falta do Sr. Deputado Municipal Manuel Maria Braga de Marques Gomes.
 - 3.1 - Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais:
José Manuel Maia Nunes de Almeida; Bruno Ramos Dias; Carlos Manuel Coelho Revés; Paula Cristina Loureiro Coelho; João Eduardo Alves de Moura Geraldês; Francisco José Gonçalves Guerreiro; António Frederico de Meneses Ferrinho; José Augusto Tavares Oliveira; Miguel António Alves Duarte; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Manuel Domingos Rodrigues Batista; João Francisco Ludovico da Costa; Ana Marques Serra e Moura Salvado; Armando de Jesus Barata; Ana Isabel Vieira Dias de Moura; Luís Miguel Ferreira Varela Pais; António Francisco Salgueiro; Luís Filipe da Cruz Pereira; Henrique Mesquita Pires; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Fernando Jorge Sousa de Pena; Carlos Augusto Aurélio Alves Leal; Teresa Paula de Sousa Coelho; Fernando Jorge Amoreira Fernandes; António José Pinho Gaspar Neves; Carlos Alberto Tomé Valença Mourinho; António Abrantes de Almeida e Francisca Luís Baptista Parreira.
- 4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registou-se os seguintes procedimentos:
 - 4.1 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:
 - A Senhora Deputada Municipal Maria Luísa Monteiro Ramos, com Ausência no dia 29 de Abril de 2011 (Ent. 1101/X-2º) (**Conforme Anexo I**).
 - O Senhor Deputado Municipal Sérgio Neves Correia Taipas, com Ausência no dia 29 de Abril de 2011 (Ent. nº 1123/X-2º) (**Conforme Anexo II**).
 - O Senhor Deputado Municipal Vitor Manuel Domingues Barata, com Ausência no dia 29 de Abril de 2011 (Ent. nº 1042/X-2º) (**Conforme Anexo III**).
 - A Senhora Deputada Municipal Maria Luísa Rodrigues Barros de Almeida Beato, com Ausência no dia 29 de Abril de 2011 (Ent. 978/X-2º) (**Conforme Anexo IV**).
 - O Senhor Deputado Municipal Helder de Jesus Dias Viegas, com Ausência no dia 29 de Abril de 2011 (Ent. nº 1048/X-2º) (**Conforme Anexo V**).



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- A Senhora Deputada Municipal Elisabete Peres Pereira, com Ausência no dia 29 de Abril (Ent. nº 1063/X-2º) (**Conforme Anexo VI**).
- O Senhor Deputado Municipal Carlos Manuel Dantas dos Santos, com Ausência no dia 29 de Abril (Ent. nº 1200/X-2º) (**Conforme Anexo VII**).
- O Senhor Deputado Municipal Vitor Manuel dos Santos Castanheira, com Ausência no dia 29 de Abril (Ent. nº 1201/X-2º) (**Conforme Anexo VIII**).
- O Senhor Deputado Municipal Domingos José Soares de Almeida Lima, com Ausência no dia 29 de Abril de 2011 (Ent. 1102/X-2º) (**Conforme Anexo IX**).

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- O Candidato Senhor José Gabriel Guiomar Joaquim, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 29 de Abril, da eleita Sr.ª Maria Luísa Monteiro Ramos e por impedimento da cidadã Sr.ª Margarida Maria de Ceia Hasse Ferreira (**Conforme Auto Tomada de Posse, Anexos X e XI**).
- O Candidato Senhor José Mário Castelhana Ferreira, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 29 de Abril, do eleito Sr. Sérgio Neves Correia Taipas e por impedimento do cidadão Sr. José João Santos da Mata, da cidadã Sr.ª Cátia Sofia Canelas Gaudêncio e do cidadão Sr. Hernâni José Pereira Peixoto de Magalhães, do cidadão Sr. Henrique Rosa Carreiras, da cidadã Sr.ª Maria Amélia Nascimento Quaresma, do cidadão Sr. Luís António de Matos Vicente, da cidadã Sr.ª Margarida Santos Serafim, do cidadão Sr. Carlos Alberto Marques Machado dos Santos e do cidadão Sr. Alain Magalhães Pereira (PEV) (**Conforme Auto Tomada de Posse, Anexos XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX e XX**).
- A Candidata Senhora Fernanda Maria Amaro Tavares, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 29 de Abril, do eleito Sr. Vitor Manuel Domingues Barata (**Conforme Auto Tomada de Posse, Anexo XXI**).
- O Candidato Senhor António Paulo Júnior, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 29 de Abril, da eleita Sr.ª Maria Luísa Rodrigues Barros de Almeida Beato e por impedimento do cidadão Sr. Carlos Alexandre de Melo Ohen, do cidadão Sr. Jorge do Carmo Ventinhas Pé-Curto, da cidadã Sr.ª Sónia Margarida Pereira da Cruz Mirco Fernandes, do cidadão Sr. José Manuel Vasques Godinho, do cidadão Sr. Bruno Miguel Ganhão Pires, da cidadã Sr.ª Joana Tavares Reis Raposo, do cidadão Sr. António Carlos Moreira Camacho, do cidadão Sr. Paulo Jorge Fernandes Mendes, da cidadã Sr.ª Maria Teresa dos Santos Baptista Gafeira, do cidadão Sr. Ricardo Filipe Barão Gazimba, do cidadão Sr. Fernando Jorge Lopes Pereira e da cidadã Sr.ª Sandra Isabel da Silva Ramos (**Conforme Auto Tomada de Posse, Anexos XXII, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXVIII, XXIX, XXX, XXXI, XXXII, XXXIII e XXXIV**).
- O Candidato Senhor Álvaro Jorge Henriques dos Santos, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 29 de Abril, do eleito Sr. Helder de Jesus Dias Viegas e por impedimento do cidadão Sr. Luís Filipe Santiago Hermenegildo, da cidadã Sr.ª Ana Margarida Escoval Lopes, do cidadão Sr. Domingos Luís Falé Torgal, do cidadão Sr. André Jorge dos Santos Canhão Ferreira Alves e da cidadã Ana Isabel



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Ricardo Pato Estevens (**Conforme Auto Tomada de Posse, Anexos XXXV, XXXVI, XXXVII, XXXVIII, XXXIX e XL**).

- O Candidato Senhor Manuel dos Santos Galante Gonçalves, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 29 de Abril, da eleita Sr.^a Elisabete Peres Pereira e por impedimento do cidadão Sr. Manuel José Brito Cardoso, da cidadã Sr.^a Judite Alice de Almeida Roxo, do cidadão Sr. Álvaro Maurício Pinto dos Santos, do cidadão Sr. Nuno Jorge da Lança Santana, da cidadã Sr.^a Adília Jesus Gaspar Gonçalves Matos, do cidadão Sr. Luís Manuel Delgado Gonçalves, do cidadão Sr. Carlos Alfredo dos Santos Canhão, da cidadã Sr.^a Maria Madalena Cruz Rosa da Mota, do cidadão Sr. Avelino Nunes dos Santos, da cidadã Sr.^a Maria Rosa Viana da Cunha Pires, da cidadã Sr.^a Cremilde Leocádio Burrica Nunes de Castro, do cidadão Sr. Ismael Gomes Madeira, do cidadão Sr. José Inácio Maia Fortes Aleixo, da cidadã Sr.^a Teresa Pulquéria Varela Benavente Catalino, do cidadão Sr. Jorge Manuel da Costa Figueira (**Conforme Auto Tomada de Posse, Anexos XLI, XLII, XLIII, XLIV, XLV, XLVI, XLVII, XLVIII, XLIX, L, LI, LII, LIII, LIV, LV e LVI**).
- O Candidato Senhor Vitor Manuel Monteiro Rolo, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 29 de Abril do eleito Sr. Carlos Manuel Dantas dos Santos e por impedimento do cidadão Sr. Sérgio Cantante Faria de Bastos (**Conforme Auto Tomada de Posse, Anexo LVII e LVIII**).
- O Candidato Senhor Nuno de Avelar Pinheiro, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 29 de Abril do eleito Sr. Vitor Manuel dos Santos Castanheira e por impedimento da cidadã Sr.^a Luísa Andreia Jerónimo Fernandes (**Conforme Auto Tomada de Posse, Anexo LIX, LX**).
- O Candidato Senhor Hugo Miguel Diamantino Vieira da Luz, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 29 de Abril, do eleito Sr. Domingos José Soares de Almeida Lima e por impedimento da cidadã Sr.^a Teresa Isabel Ralha da Costa Santos e do cidadão Sr. Miguel Ângelo Moura Salvado (**Conforme Auto Tomada de Posse, Anexo LXI, LXII e LXIII**).

4.2 - O Presidente da Assembleia Municipal informou da comunicação das Juntas de Freguesia de Almada, Cova da Piedade, Feijó e Laranjeiro, em que para os efeitos da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e devido a justos impedimentos dos Presidentes dos respectivos Órgãos Autárquicos, são substituídos na presente Reunião da Assembleia Municipal pelos eleitos nas Juntas de Freguesia, Senhora Maria José Ablum Monteiro, Senhora Maria José David Balaia Bernardino, Senhora Anabela de Matos Tavares, Senhor Brás Marcos Mira Borges, respectivamente (**Conforme Anexos LXIV, LXV, LXVI, LXVII**).

4.3 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra.

4.3.1 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

"Sr.^{as} e Srs. Deputados Municipais, Sr.^{as} e Srs. Presidentes de Junta de Freguesia;

Sr.^a Presidente da Câmara e Sr.^{as}. e Srs. Vereadores;

Sr.^{as}. e Srs. Presidentes Assembleias de Freguesia e demais autarcas Eleitos no Poder Local;

Declaro aberta a Sessão Extraordinária Comemorativa dos 37 anos da Revolução de Abril.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Saudação muito especial a todos os Concidãos presentes, aos digníssimos Representantes de Instituições, Entidades e Organizações do nosso Concelho.

Agradecimento efusivo a todas as Sr.^{as} e Srs. Múncipes que nos acompanham.

Gratidão à Direcção do Agrupamento da Escola e Jardim de Infância que nos acolhe.

Bem hajam a todos pela presença e companhia.

A Sessão vai decorrer com uma primeira fala da Sr.^a Presidente da Câmara depois segue-se intervenções dos vários representantes dos Grupos Municipais por ordem crescente, e terminarei eu esta Sessão Comemorativa, fazemos a seguir um pequeno e breve intervalo e depois continuamos com a Terceira Reunião da Sessão Ordinária de Abril."

5 - Usaram da palavra a Sr.^a Presidente da Câmara, os Representantes dos Grupos Municipais António Pedro Maco pelo CDS-PP; Luís Filipe Pereira, pelo BE; Luís Varela Pais, pelo PSD; José Joaquim Leitão, pelo PS; Bruno Dias, pela CDU e o Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

5.1 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Almada

Senhoras e Senhores Deputados Municipais

Senhora e Senhores Vereadores

Digníssimos Convidados

Estimados Múncipes

Celebrámos em festa, com o Povo nas ruas de Almada, na Avenida da Liberdade em Lisboa, e em tantas e tantas outras ruas e praças do nosso País, na passada segunda feira dia 25 de Abril, o 37º Aniversário da Revolução de Abril, esse que é um dos mais empolgantes e extraordinários actos da História de quase nove séculos do Povo Português e da Nação Portuguesa, e conjuntamente com a implantação da República em 5 de Outubro de 1910, é seguramente o mais importante e significativo acto da História recente dos Portugueses na construção de um País mais próspero, mais fraterno e mais desenvolvido.

Celebramos hoje num registo institucional também importante, e naquela que é por excelência a Casa da Democracia no nosso Concelho, a Assembleia Municipal, o nosso Parlamento Local, aquele dia de libertação do jugo da opressão, assinalando solenemente a nossa profunda homenagem à gesta corajosa, solidária e profundamente humanista dos Capitães de Abril e dos Soldados de Abril que, interpretando com justiça e com justeza os legítimos anseios de Liberdade e Democracia do Povo Português, assumiram como dever patriótico pôr fim à ditadura fascista que nos oprimiu e violentou a todos durante quase metade do século passado, abrindo as portas à construção de um País novo, digno e desenvolvido.

É por isso para mim uma extraordinária honra, enquanto Presidente da Câmara Municipal de Almada, dirigir-me neste momento solene a todos vós, representantes legítimos da vontade do Povo de Almada neste processo de construção de um futuro melhor para todos. Entendo, com a convicção plena de que



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

é justo assim pensar, que entre as muitas conquistas de grande relevo e importância que o Povo Português alcançou com o 25 de Abril de 1974, podemos identificar uma que inequivocamente se vem afirmando, nestes 37 anos de Liberdade, como um dos pilares mais importantes do Regime Democrático que então começámos a construir – essa conquista tão especial chama-se Poder Local Democrático.

Poder Local Democrático que levou até ao mais recôndito local do nosso território, pela intervenção dedicada e empenhada de milhares e milhares de mulheres e homens que abraçaram a gigantesca tarefa de promover nas aldeias, vilas, cidades e regiões do nosso País uma profundíssima transformação do nosso território e da nossa forma de vida.

Onde em Abril de 1974 nada existia, quando todo o Povo vivia deprimido e sem perspectivas de futuro, onde o atraso e o subdesenvolvimento em matéria de infra-estruturas atirava o nosso país para um patamar muito próximo do simples limiar da sobrevivência milhões de cidadãos, o Poder Local Democrático, as mulheres e homens que se empenharam de alma e coração neste processo profundamente transformador e progressista, lançou com determinação “mãos à obra”, contribuindo de forma ímpar para a dignificação de Portugal e dos Portugueses.

Celebrar Abril é, por isso, celebrar também esta importantíssima realidade que é o Poder Local Democrático instituído há 35 anos em Portugal. Mas celebrar Abril é igualmente e sobretudo, afirmar com toda a convicção e veemência a necessidade imperiosa deste pilar essencial do Portugal Democrático e de Abril ser aprofundado e solidamente defendido, enquanto factor imprescindível à consolidação do processo de desenvolvimento que encetámos há 37 anos.

Porque infelizmente, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Estimados Concidadãos e Concidadãs, no horizonte do Poder Local Democrático, como no horizonte dos Portugueses em geral, adensam-se hoje nuvens negras, que podem vir a fazer desabar sobre esta conquista fundadora do próprio regime democrático português, um verdadeiro dilúvio que significará a sua profunda descaracterização e representará necessariamente, a consumir-se, um enorme retrocesso civilizacional de consequências gravíssimas para a qualidade de vida de milhões de Portugueses.

Uma visão puramente economicista do Poder Local Democrático ameaça instalar-se no nosso País com aquilo que algumas forças políticas apelidam de “reforma” do mapa autárquico português.

A “reforma” de que falam, por aquilo que conhecemos neste momento a partir das intenções anunciadas, traduzir-se-ia no entanto não numa verdadeira reforma do mapa autárquico, mas num “corte a oito” no número de freguesias, no número de municípios e no número de eleitos locais, parecendo ser esta mais uma das respostas – demagógicas e irresponsáveis – à apregoada necessidade de “poupar” uns euros ao erário público através da igualmente demagógica e irresponsável tese de que é necessário fazer “emagrecer” o Estado a qualquer custo e a qualquer preço, dizemos nós. Para além desta questão interna, anuncia-se também já uma verdadeira ingerência externa neste domínio, circulando notícias de que uma das imposições que poderá ser feita ao nosso País e ao nosso Povo no quadro da intervenção do Fundo Monetário Internacional, será precisamente a de redução



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

drástica do número de autarquias e eleitos, mas também dos fundos nacionais destinados às autarquias locais.

A concretizar-se esta realidade, ela enquadrar-se-á, obviamente, numa ofensiva contra o Poder Local Democrático que apenas poderá ser interpretada como mais uma clara tentativa de asfixiar a capacidade de intervenção e de concretização dos Municípios e das Freguesias, facto que irá agravar ainda mais as repercussões dramáticas na qualidade de vida da generalidade das populações em todo o País.

Acredito que Portugal, e os Portugueses, precisam efectivamente de uma reforma do mapa autárquico nacional. Mas a reforma que falta fazer neste quadro é, simplesmente, o cumprimento estrito da letra e do espírito da Constituição da República Portuguesa: que sejam instituídas de facto as Regiões Administrativas, dotadas de legitimidade democrática por eleição directa e universal dos cidadãos.

Esta é a reforma que está por fazer. O comportamento político daqueles que se afirmam como os maiores partidos políticos na cena nacional, é nesta matéria específica mais do que incompreensível. Senão vejamos, para a adesão à União Europeia e à moeda única não sentiram a necessidade de consultar a opinião dos portugueses e das portuguesas em referendo. Mas relativamente ao cumprimento da determinação constitucional de instituição das Regiões Administrativas no nosso País entenderam o contrário.

Esta teimosia política representa politicamente um desrespeito grosseiro pela Constituição da República Portuguesa, e representa em termos económicos e de desenvolvimento do País uma das principais causas para a situação de atraso estrutural que prevalece em todas as regiões do País governadas por órgãos não eleitos, nomeadas pelo Poder Central como acontecia com as Câmaras e Freguesias antes do 25 de Abril de 1974.

Uma das consequências mais gravosas para todo o povo português desta situação sentimo-la quotidianamente na pele. Portugal tem beneficiado de fundos comunitários desde a entrada para a União Europeia traduzidos em fundos estruturais para investimento, que têm sido deficientemente aplicados face à inexistência de Regiões Administrativas capazes de planear e gerir, com toda a exigível autonomia, aqueles fundos em prol do seu desenvolvimento socioeconómico, e do progresso de Portugal enquanto País soberano e produtor de riqueza.

É evidente para todos, certamente, que quanto mais próxima dos problemas e das populações for feita a gestão dos recursos disponíveis, mais rentáveis eles são e melhores resultados produzem. A gestão dos fundos estruturais centralizada nos ministérios na capital, longe do país real, tem conduzido a um deficiente aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento e de coesão social e territorial do nosso País.

Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores Munícipes,

Não posso deixar de sublinhar, na oportunidade em que celebramos o 37º Aniversário da Revolução de Abril e os 35 anos do Poder Local Democrático, o flagrante contraste entre a nossa realidade concelhia em Almada e a situação que se vive no nosso país.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Num momento em que o Governo se vira para um pedido de auxílio externo tornado imperioso pela insistência no prosseguimento de uma política que não serve os interesses nacionais, o processo sério e rigoroso da gestão autárquica que prosseguimos em Almada desde a instituição do Poder Local Democrático, permite-nos afirmar que vivemos uma situação diferente, de relativa estabilidade, que nos permite satisfazer os compromissos que assumimos quer com os trabalhadores quer com terceiros, e que nos tem permitido prosseguir um programa de investimentos municipal que constitui um significativo e importante estímulo à actividade económica das empresas, contribuindo por essa via para atenuar os efeitos da profunda e generalizada crise que se vive no País.

Mesmo perante um quadro incerto quanto ao futuro, que se desenha perante nós sombrio e pleno de dificuldades, continuamos firmemente convictos de que existem vias de desenvolvimento, progresso e bem estar que não passam, necessariamente, pela exigência de sempre mais e mais sacrifícios ao Povo, aos Trabalhadores, àqueles que menos podem e menos têm. Existem caminhos alternativos à política profundamente negativa que tem sido prosseguida em Portugal, caminhos que começaram a ser desbravados em 25 de Abril de 1974, dos quais nos quisermos e continuam a querer afastar, mas que pela vontade e determinação do Povo poderão ser retomados e concretizados, porque em Portugal ainda é o Povo quem mais ordena.

Por isso, Senhoras e Senhores Deputados, caros Munícipes, é com muita esperança que termino com as sábias palavras do Poeta:

“Agora que já floriu
a esperança na nossa terra
as portas que Abril abriu
nunca mais ninguém as cerra.”

Viva o 25 de Abril!

Viva o Poder Local Democrático!

Viva Portugal!"

5.2 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Exm.^o Senhor Presidente Assembleia Municipal de Almada

Exm.^a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada

Exm.^{os} Vereadores

Exm.^{os} Deputados

Estimados Almadenses.

Passados que estão 37 anos depois da madrugada de 25 de Abril de 1974, urge pensar e reflectir sobre o caminho que tem vindo a ser trilhado ao longo de mais de 30 anos onde uma sociedade. um país, um povo, tem tido a oportunidade de provar que se sabe organizar, que se sabe governar e que sabe viver sob a bandeira da Liberdade.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

É tempo de fazer um balanço, de olhar para trás, de perceber o que mudou, o que foi feito, o que foi construído e o que ainda há por fazer.

A Liberdade conquistada naquele dia deve ser uma Liberdade usufruída por todos, em nome de todos e para todos.

Urna Liberdade que não deve ter cor, credo, partido político, estrato ou estatuto social, como não deve ser aproveitada como insígnia nem tutela de ninguém.

Infelizmente, há ainda por esse mundo fora, exemplos de seres humanos, países e governos que para manterem à força a ganância dos seus umbigos oprimem, censuram. amordaçam. perseguem, prendem, torturam e matam.

Portugal saído de Abril e de muitas outras datas que ditaram a vontade e Liberdade deste povo, tem como grande exemplo, a luta e coragem de Viriato que simboliza o começo da Liberdade, e que se propagou ao longo de séculos e criou neste povo a resistência e a génese de uma Nação e de uma Pátria que rejeita totalitarismos e ditaduras venham elas de onde vierem.

Abril deu voz ao Povo, deu oportunidades, deu novos horizontes, criou expectativas e deixou acima de tudo esperança.

Esperança essa motivada e criada por melhores condições de vida e por um modelo de sociedade ocidental moderna e democrática, alicerçada no livre pensamento onde cheias deveriam estar as escolas e vazias as prisões. Jamais, saído de Abril, alguém poderia ser privado de Liberdade por ser diferente no seu modo de pensar ou no seu ideário de sociedade. E com orgulho que o CDS entrou e deu o contributo para essa reforma, e nesse objectivo participou e continuará a lutar pelos valores da Liberdade, da Fraternidade, da Igualdade e da Prosperidade.

Contudo, não pode haver nem se cumpriu Abril quando há fome, quando há famílias que ficam mais pobres, quando os jovens deixam de estudar porque o estado deixou de apoiar, quando se impede a ajuda de alimentos chegarem a quem mais precisa, quando se tira a quem menos ganha e se facilita a quem mais recebe.

Não há nem se cumpriu Abril, quando há uma justiça para uns, e uma justiça dourada para outros. Não há nem se cumpriu Abril, quando há sindicatos são que visitados pela polícia. Não há nem se cumpriu Abril. quando se invade em pleno século XXI propriedade privada com forças policiais destruindo e impedindo de trabalhar quem ganha a vida, e quem produz. Não há nem se cumpriu Abril. quando as famílias deixaram de passear livremente nas suas cidades e no seu país, sem serem importunadas, não há nem se cumpriu Abril, sem segurança.

Não há nem se cumpriu Abril, quando idosos são desprotegidos e atirados para o esquecimento.

Não há nem se cumpriu Abril, quando o principal objectivo deixou de ser o Povo para passar a ser os interesses, os lobbys, os compadrios e as conveniências.

Jamais pode haver Abril, quando não sabemos quem nos governa. o que somos, para onde vamos e que o nos espera.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Abril foi o sonho de muitos concretizado na acção de outros. Esse sonho continua e não o devemos abandonar. É imperativo que não baixemos os braços. Todos em conjunto deveremos ter a consciência que o caminho não é fácil, que é preciso não desistir. Ter a consciência e perceber que é nestas alturas que o mais vil e disfarçado radicalismo tenta ganhar pela força e pela utopia aquilo que o povo não lhes dá nas urnas.

É imperativo que o país e as pessoas percebam e tomem como adquirido que temos um futuro difícil mas não impossível.

Vastos são os exemplos deste povo no canto da Europa, que tal como em Abril, soube e com certeza saberá dar a volta por cima.

Um desígnio nacional conjunto e sério é preciso para que Portugal volte a ser o grande país e a grande nação de outrora alicerçada na Democracia e na Liberdade, onde Portugal saiba viver em fraternidade quer na Europa onde está inserido quer no Mundo da globalização.

Não estamos sozinhos no mundo; já não estamos orgulhosamente sós, mas é preciso agir para que não passemos a estar desgraçadamente nós.

Cabe aos políticos, às instituições e a quem decide e governa, dar um sinal de abertura, e um sinal de esperança, mas sobretudo, um sinal de seriedade e de empenho em tirar o país para onde nunca Abril sonhou onde ele iria cair.

Na certeza porém, que o objectivo é geral; é de todos, e que ninguém passivamente e por omissão, se desmarque deste objectivo que é colocar novamente Portugal na linha dos países desenvolvidos como fomos durante séculos.

Acreditar e agir é fundamental para que Abril seja verdadeiramente a reacção. a revolução, a indignação e a paixão deste povo por esta Nobre Nação.

Disse."

5.3 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira (BE):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Depois de 48 anos de uma ditadura repressiva, retrógrada e obscurantista, os Capitães do Movimento das Forças Armadas devolveram a Liberdade e a Democracia ao povo português no dia 25 de Abril de 1974. Estamos hoje aqui, a comemorar o 37º aniversário dessa data que prometia muita esperança. A Revolução dos Cravos teve um profundo significado, com influências e reflexos sobre todos os aspectos da vida nacional e cujas ondas de choque influenciaram positivamente o desencadear de importantes acontecimentos à escala internacional.

Rompendo com a longa noite fascista, os Capitães de Abril souberam interpretar a vontade de mudança do Povo Português e, em unísono, militares, trabalhadores, resistentes, democratas, levantaram bem alto os ideais e valores de um Portugal novo: a liberdade e a justiça social; a democracia nas suas diversas vertentes; a paz e cooperação entre os povos; a derrocada dos monopólios e latifúndios; a auto-determinação e a independência para os povos das ex-colónias.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Em Abril, iniciou-se um processo de democratização do Estado Português, fazendo-o evoluir do aparelho ideológico e repressivo, ao serviço da opressão e exploração do povo e dos trabalhadores pelos monopólios e latifúndios, para um Estado de Direito Democrático com inegáveis preocupações sociais: instituiu-se uma Segurança Social pública, universal e solidária; consagrou-se o direito universal à educação e à cultura; foi criado o Serviço Nacional de Saúde, assente numa vasta rede de serviços próximos das populações.

No plano laboral, as conquistas foram evidentes, das quais destacamos: Salário Mínimo Nacional; dignificação geral dos salários, das condições de trabalho e dos vínculos; protecção social à maternidade e à paternidade; foi instituído o direito à greve; diversas classes profissionais adquiriram o direito à negociação colectiva, a melhores salários, a melhores condições de trabalho, a férias pagas, ao subsídio de férias e ao 13º mês, à gestão democrática nas escolas.

Se Abril se tivesse cumprido nas suas grandes aspirações, valores e ideais, a realidade e a situação do país seriam hoje bem diferentes. Mas o capital e os grandes interesses económicos, paulatinamente foram retomando tudo aquilo que tinham perdido durante o processo revolucionário e voltaram a controlar o aparelho do Estado, colocando-o ao seu serviço. Umhas vezes foram os governos do PS, outras foram do PSD, por vezes com a ajuda do CDS/PP. Muitas das conquistas de Abril pura e simplesmente desapareceram, outras encontram-se irremediavelmente desfiguradas, outras ainda poderão ser liquidadas — se o povo deste país, os trabalhadores, os cidadãos não resistirem e não lutarem o suficiente.

Em vez de se reforçar o sector produtivo do país, dotando-o de uma economia robusta, apostando na modernização de sectores industriais, das pescas e da agricultura, capaz de resistir com eficácia a crises inerentes ao sistema, os sucessivos governos acabaram com o que restava do tecido produtivo, vergando-se a todas as imposições europeias, apostaram no financiamento da economia, na especulação, na usura e na banca gananciosa e parasitária.

Resultado: cerca de 700 mil desempregados, 2 milhões de precários, mais de 2 milhões de pobres e uma situação de pré bancarrota em curso. Por sua vez, os milionários não param de crescer em número e em riqueza, mesmo em época de grave crise, o que não deixa de ser contraditório.

É esta a triste realidade a que o nosso país chegou, passados 37 anos depois do 25 de Abril. A responsabilidade governamental do PS, do PSD e em menor dimensão do CDS não pode ser escamoteada. Mas este desastre que se acentua nos últimos anos são da responsabilidade directa do 1º Ministro José Sócrates e correspondentes governos do Partido Socialista. Senão vejamos os factos:

- na última década Portugal teve o pior crescimento económico dos últimos 90 anos;
- temos a pior dívida pública dos últimos 160 anos, cerca de 100% do PIB, mais 35% do PIB adicionais correspondentes a 60 mil milhões de euros das Parcerias Público — Privadas;
- temos a pior taxa de desemprego dos últimos 90 anos, 11, 1 % segundo as estatísticas oficiais, o que corresponde a 620 mil desempregados, subindo para 13,8% de desemprego real considerando os



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

inactivos disponíveis e o sub-emprego visível, correspondendo assim à cifra dramática e terrível de 769 mil desempregados, dos quais 470 mil não recebem qualquer subsídio;

- temos a maior dívida externa dos últimos 120 anos e estamos no top 10 dos países mais endividados do mundo;

- a nossa dívida externa bruta em 1995 era inferior a 40% do PIB, hoje é de 230% do PIB;

- as dívidas das famílias são cerca de 100% do PIB e 135% do rendimento disponível;

- temos a segunda maior vaga de emigração dos últimos 160 anos;

- temos a terceira pior taxa de abandono escolar de toda a OCDE (só melhor do que o México e a Turquia). Estes são os verdadeiros factos irrefutáveis e indesmentíveis. É este o legado que, principalmente o Primeiro Ministro José Sócrates e os seus governos nos deixam.

Como se isto não bastasse, agora os nossos governantes empurram-nos para os braços do FMI.

O PSD também não está isento de responsabilidades ao viabilizar ruinosos Orçamentos de Estado e os famigerados PEC's. Não quiseram saber das alternativas e tudo fizeram para entregar o país ao FMI. Optaram por colocar 5 mil milhões dos contribuintes no buraco negro do BPN; não quiseram cortar nas parcerias público — privadas; não cortaram nos milhões que os gestores auferem em salários e prémios; não quiseram taxar os muitos biliões sediados em offshores, nem impuseram à banca o pagamento de muitos outros milhões de fuga ao fisco; vergaram-se às exigências dos banqueiros e de outros “donos de Portugal” que impuseram ao país a chamada troika externa (FMI, Banco Central e Comissão Europeia).

O governo e a troika interna, ou seja, os 3 partidos do arco do FMI sabem que este vem mandatado para impor e não negoceia nada, trata-se de uma farsa e de uma mistificação, só para “português ver”, pois já estamos em campanha eleitoral. É preciso que o povo saiba e o Bloco de Esquerda não podia contribuir para alimentar a farsa. Com o inefável contributo e apoio da troika interna, a troika externa irá tirar aos pobres para dar aos ricos: Cortar no subsídio de férias e subsídio de Natal aos trabalhadores e pensionistas; cortar no salário mínimo; impor mais flexibilização à legislação laboral para despedir mais facilmente; aumentar os impostos; cortar nos subsídios de desemprego e no tempo da sua duração; acabar com o regime de isenções dos utentes no pagamento das taxas moderadoras no SNS, afectando 5 milhões de portugueses: grávidas, doentes crónicos, dadores de sangue, bombeiros, transplantados, desempregados, beneficiários do rendimento de inserção social, vítimas de violência doméstica, etc.; e atribuir 10 mil milhões de euros aos banqueiros logo numa primeira fase.

Será isto o que o FMI vem fazer a Portugal e que jamais podemos aceitar. E o povo português, os trabalhadores, os jovens, os cidadãos, quando perceberem também não vão aceitar. Talvez Abril se cumpra de vez.

Sinceramente, com este triste fado a continuar assim em Portugal, na Grécia, na Irlanda, em Espanha, etc., em que os mais pobres têm de suportar e pagar as crises, as dívidas e os privilégios dos mais ricos, uma nova Primavera dos Povos poderá eclodir na Europa. Será, efectivamente, um 25 de Abril à escala europeia ou, poderá ser bem mais profundo do que um 25 de Abril à portuguesa.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Em Almada, desde o 25 de Abril de 1974, o poder local democrático, uma das maiores conquistas de Abril, operou inequívocas mudanças e transformações positivas no nosso concelho — no campo do saneamento básico, nas acessibilidades, nas vertentes educativa, desportiva e cultural, também na habitação, na área social e da solidariedade. A cidade e as Freguesias dotaram-se de um conjunto de equipamentos e de infra-estruturas que acrescentam mais-valia e contribuem para o bem-estar dos cidadãos. Não o reconhecer seria um erro grosseiro. O Bloco de Esquerda não pratica uma política de terra queimada. Reconhecemos e valorizamos o que é positivo, criticamos o que é negativo e, é nosso timbre, apresentar soluções e propostas construtivas.

Muito se fez, mas muito há ainda por concretizar.

Termino com uma saudação a todos os Almadenses!

Viva o 25 de Abril!

Viva Almada!"

5.4 - O Sr. Deputado Municipal Luís Varela Pais (PSD):

"Exm.º Sr. Presidente da Assembleia Municipal;

Exm.ª Sr.ª Presidente da Câmara Municipal;

Exm.ªs Sr.ªs e Srs. Vereadores

Exm.ªs e Exm.ºs Sr.ªs e Srs. Deputados Municipais

Cidadãos de Almada e Distintos Convidados

Exm.ºs Srs. Representantes da Comunicação Social

"Era uma vez um País

Onde entre o mar e a guerra

vivia o mais infeliz

dos povos à beira terra".

Nas palavras do poeta recordamos e celebramos as causas que em 1974 despertaram um movimento de jovens e corajosos militares, re-nascidos do inconformismo carregado por um Povo, que ansiava por uma muito desejada mudança.

Vários, ouvíamos e lia-mos; não podíamos ignorar; é um país quebrado mas vivo.

Quebrado pela censura. Quebrado pela Guerra, Quebrado por um isolacionismo cultural, económico e político. Quebrado na falta de acesso aos serviços básicos de Saúde, Educação, Justiça.

Mas o País Quebrado estava Vivo.

Vivo numa só palavra que encerrava em si um mundo de liberdade, e essa palavra era a esperança

E a esperança de viver num País melhor saiu há rua em Abril.

E a esperança chamou-se cravo.

E a esperança chamou-se coragem, liberdade, solidariedade, e tantas, tantas outras palavras que encheram versos e prosas, gritos e sussurros abrindo novamente à Europa e ao Mundo um Povo que sempre soube reinventar o seu futuro e não Quebrar o seu Destino.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Revolução, do latim "ato de revolver", revolveu mentalidades e costumes, políticas, instituições e organizações.

37 anos depois, ainda hoje revolvemos as nossas memórias quando procuramos um termo de comparação entre aquele que foi o tempo de Renascer de uma Nação, e o nosso tempo o de uma democracia na sua idade adulta.

Em 37 anos deu-se corpo à Esperança e às Aspirações de um Povo.

E que corpo!

O Acesso à Saúde Universal, a Aproximar fisicamente as origens e os destinos, o Acrescentar de uma forma exponencial educação e conhecimento aos jovens e menos jovens.

E deu-se corpo à liberdade. Liberdade, de Criação, Liberdade de Inovação/Liberdade de Arriscar/Liberdade para Ganhar, Liberdade para perder/Liberdade para Mudar, Liberdade para Continuar/ Liberdade para Concordar, Liberdade para Discordar/Liberdade para Votar, Liberdade para se Abster/Liberdade para Autorizar, Liberdade para Negar.

E deu-se corpo ao Poder Local, que como as palavras indicam transporta em si o núcleo da Democracia Participativa.

É a força do voto que dá aos eleitores o Direito de dar Corpo às suas aspirações, à vontade de participar na construção do seu Território, esse que lhe está mais Próximo e que maior impacto tem sobre a sua vivência qualificada, vivência em comunidade e sobretudo vivência em família.

Ao exaltarmos, hoje e aqui, os valores do 25 de Abril na sua expressão local, temos a obrigação de como Autarcas, fazer nos nossos Órgãos Locais o exercício permanente de democracia, dando e recebendo, ouvindo e respondendo, fixando caminhos, mas sabendo humildemente a cada momento que as condições de viagem da Democracia podem apontar para outras estradas que melhor sirvam o tempo de chegada ao Nosso Destino.

O Sufrágio de um Programa, na sua tradução livre "a crença de que o Poder emana do Povo", garante aos vencedores o exercício desse Poder, mas é no exercício do diálogo com os restantes actores Locais com Poder representativo que verdadeiramente se consolida o Poder Democrático.

Minhas Senhora e Meus Senhores.

Nós os eleitos locais, somos parte integrante da chamada Classe Política. A nossa Classe é a da representatividade de proximidade.

Fomos eleitos para executar ou fiscalizar, criticar e construir, debater e rebater políticas e acções que têm um impacto real na vida dos nossos concidadãos.

Carregamos connosco o estatuto de ser o exemplo da Liberdade, Honestidade, Integridade na Gestão de Recursos e expectativas.

Como parte integrante de um todo Nacional, carregamos sempre em primeira instância o estatuto mais exigente de acorrer na dimensão local às urgências sociais e humanas.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Este mais do que nunca é o tempo de usar e abusar da solidariedade, e aproveitar sem unanimismos mas em unidade todos os contributos que honestamente tenham como fim único a coesão e a inclusão social.

Na nossa humilde interpretação,

É isso que os nossos concidadãos esperam da Classe Política, e são esses os melhores contributos que podemos dar na re-aproximação e retoma do entusiasmo, que os valores da data que hoje comemoramos, vieram abrir em Portugal.

A frase feita, "vivemos tempos de incerteza", nunca foi tão clara como nos dias que correm.

Em tempo próximo de eleições, mergulhados numa inimaginável espiral de dificuldades financeiras e vendo fugir o acesso ao trabalho experimentamos o sentimento de recuo do tão desejado desenvolvimento económico e social.

Exigimos pois, que todos os sacrifícios não sejam ou tenham sido em vão. Exigimos pois verdade.

Exigimos uma Nova Dignidade numa Nação que já deu provas de saber conduzir os seus destinos em tempos de Revolução, mas também de evolução.

Exigimos e relembramos que já foi possível fazer nascer outras Madrugadas, como a Madrugada de Abril Sophia de Mello Breyner que um dia escreveu:

"Esta é a madrugada que eu esperava

O dia inicial inteiro e limpo

Onde emergimos da noite e do silêncio

E livres habitamos a substância do tempo".

5.5 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

"Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Srs. Deputados Municipais

Sr. Presidente da Câmara Municipal

Srs. Vereadores

Munícipes que nos honram com a vossa presença

Há 37 anos nasceu o dia inicial, inteiro e limpo. Em 25 de Abril de Abril de 1974, pela mão generosa dos capitães de Abril, a poesia saiu à rua.

Tudo se tornou possível nesse dia refundador de uma nação que reencontrou a liberdade, a dignidade e a paz.

Liberdade de expressão e associação;

Legalização dos partidos políticos;

Liberdade sindical;

Eleições livres;

Promoção da Igualdade de Oportunidades;

Paz.

Vivemos hoje noutra patamar de dignidade e bem-estar que só por ignorância e má fé se pode negar.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Memória...

Lembro-me dos meus colegas de escola no Alentejo dos anos 60, descalços, vivendo em casas sem água, sem luz, sem saneamento, às vezes sem janelas de vidro.

Das privações indescritíveis vividas pelo povo.

Dos relatos de perseguições e de lutas.

Sr. Presidente

Srs. Deputados Municipais

As dificuldades com que hoje nos confrontamos não legitimam a ideia de que não valeu a pena, de que estamos pior.

Não é verdade.

Abril foi um passo de gigante.

Hoje, honrando Abril, temos a obrigação de prosseguir a luta de sempre por mais liberdade, mais justiça, mais bem-estar e mais felicidade.

Na intervenção que tive o privilégio de proferir na Sessão Comemorativa do 25 de Abril no ano passado, na Trafaria, referi um conjunto de combates para que a sociedade portuguesa é convocada, combates esses que mantêm agora, em Abril de 2011, toda a actualidade e pertinência, no contexto do programa progressista e moderno que é o nosso.

Em primeiro lugar, é imperioso ultrapassar a crise financeira que se manifesta agora, agravada, no que é referido como crise das dívidas soberanas.

A consolidação orçamental não é uma política de direita ou de esquerda. É uma linha de orientação indispensável ao prestígio e ao futuro do nosso país na União Europeia e na Zona Euro.

É preciso assumir medidas difíceis e exigentes para se sair da crise e se restabelecer a confiança e os equilíbrios indispensáveis ao relançamento da economia. Só com uma economia mais próspera, assente em empresas mais competitivas e inovadoras e em trabalhadores mais qualificados e valorizados poderá ser produzida a riqueza que permitirá novos patamares de desenvolvimento ao país.

Mas mesmo no contexto de austeridade e contenção em que vivemos agora e viveremos nos próximos anos, mesmo que as privações atinjam sectores alargados da população portuguesa, não é indiferente a orientação que a condução da coisa pública vier a assumir.

Prosseguir Abril passa, essa é a nossa convicção, pela preservação, estabilização e aprofundamento do Estado Social, garante fundamental dos princípios da justiça e da coesão na nossa vida social.

Àqueles que entendem que o melhor estado é o estado mínimo afirmamos que é o primado da lei e a autoridade do estado que equilibram as relações entre os fracos e os fortes e asseguram a justiça.

Só os serviços públicos, universais e tendencialmente gratuitos asseguram o bem-estar, a justiça e a mobilidade social.

A agenda progressista e moderna dos nossos dias valoriza a educação, a saúde e a segurança social, rejeita a desregulação da legislação laboral, promove a modernização do estado, valoriza a participação dos cidadãos na vida pública e a reforma da justiça.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Uma justiça mais transparente e mais célere, garantida a todos.

Um estado moderno e simplificado, mais amigável e facilmente acessível, aos níveis da administração central, desconcentrado e local, célere e transparente.

Um mercado de trabalho que promova o desenvolvimento e o sucesso das empresas num quadro que favoreça a negociação colectiva e proteja os trabalhadores.

Uma segurança social pública, universal e sustentável.

Uma escola pública de sucesso e qualidade.

Um Serviço Nacional de Saúde consolidado, universal, tendencialmente gratuito e visando patamares progressivos de qualidade.

Eis o programa de Abril.

Sr. Presidente

Srs. Deputados Municipais

Comemorar Abril é continuar o combate daqueles que, no Portugal Amordaçado, souberam resistir e dizer não.

Comemorar Abril é projectar no presente e no futuro a luta de sempre da humanidade pela justiça e pelo progresso.

Viva o 25 de Abril

Viva Almada

Viva Portugal"

5.6 - O Sr. Deputado Municipal Bruno Ramos Dias (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Senhor Presidente, Senhora Presidente da Câmara,

Senhores Deputados Municipais e Senhores Vereadores,

Trabalhadores da Autarquia, Munícipes,

Como há tempos afirmámos nesta Assembleia Municipal, houve um tempo nesta terra em que a "perturbação da ordem pública" ou a "actividade subversiva" eram ferretes que pairavam sobre aqueles que se recusavam a comer e calar, que não pactuavam com a exploração, a repressão, a miséria e a guerra. Havia fascistas, havia legionários, havia pides, havia bufos, havia expulsões das faculdades, despedimentos das empresas.

Houve um tempo nesta terra em que as coisas eram assim. Mas depois fez-se o tempo em que as coisas ficaram diferentes.

Estão aqui nesta sala alguns dos homens e mulheres que enfrentaram esse tempo de cabeça levantada, e que construíram o tempo novo. Um tempo em que nas paredes apareciam as palavras e mensagens que podiam ser revolucionárias, ou justas, ou simplesmente verdadeiras... ou não. Mas eram livres. Para ser ditas e para serem escritas.

Foi isto que há tempos nós dissemos aqui. Hoje é tempo de erguer a voz e dizer as palavras necessárias para denunciar o que está a acontecer.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A cada dia que passa, o país vê agravar-se todos os aspectos da situação económica e social, com reflexos profundamente negativos na evolução da situação política. Acentuaram-se traços e linhas de actuação que, vindos de trás, correspondem a novos patamares na ofensiva contra os trabalhadores e o povo, sujeitos a novos e crescentes perigos e ameaças. Hoje, aponta-se a dívida como quem aponta uma arma.

O endividamento externo do país é uma das consequências mais evidentes dessa política de desastre nacional que a troika PS/PSD/CDS-PP vem impondo ao longo destes 35 anos.

O actual nível de endividamento líquido, público (do Estado) e privado (de Empresas e Particulares), ascende hoje a mais de 107% do PIB, em que a componente privada foi sempre maior e continua a ser maior que a pública. E diga-se a verdade: mesmo esta situação de dívida pública não resulta de um excesso de despesa pública (mesmo que haja muito a fazer na necessária racionalização de despesas supérfluas) – esta situação resulta, sim, de uma injusta política fiscal e contributiva, que cobra muito aos trabalhadores e reformados e muito pouco aos grupos económicos e financeiros. Não é o povo que vive “acima das suas possibilidades”: é a oligarquia financeira.

São esses novos aristocratas da alta finança e dos monopólios, da banca, da energia, da grande distribuição, que nos aparecem na televisão todos os dias a dar ordens e sentenças, que anunciam como inevitáveis os sacrifícios para quem menos tem – enquanto acumulam dividendos e lucros cada vez maiores, precisamente à conta da crise que a população paga. São eles que vivem acima das nossas possibilidades. O que “o país não se pode dar ao luxo de pagar” não são as necessidades da classe trabalhadora: são as fortunas da classe exploradora!

Não é a recessão que resulta da dívida: é a dívida que aumenta porque não criamos riqueza, porque a economia real é desmantelada e o capital especulativo toma conta dos recursos do país.

Dizem-nos que não há dinheiro. Nós respondemos: há e muito! Está é a acumular-se todo nos cofres de alguns!

Os recursos do Estado continuam a ser cada vez mais drenados para os grupos económicos, por diversos meios, como são as “parcerias público privadas” – cujos contratos têm de ser urgentemente renegociados ou cessados – bem como as concessões e outras formas de entrega de parcelas do serviço público e o respectivo financiamento ao sector privado. Veja-se, já aqui ao nosso lado, a pouca vergonha do negócio no comboio da Ponte.

O que Portugal está a viver há anos – e agora mais do que nunca – é uma verdadeira e colossal operação de roubo organizado. Roubo dos recursos do país, roubo da riqueza produzida, e dos próprios meios e condições para essa produção.

Quando denunciámos o problema cada vez mais grave da desigualdade na distribuição da riqueza, a resposta que ouvimos é sempre a mesma: “é preciso criar riqueza para poder distribuí-la”. E quanto mais dizem isto, mais destroem o aparelho produtivo, menos riqueza se cria – e mais se acumula e concentra.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Mandam centenas de trabalhadores especializados para fora do Arsenal do Alfeite. Acenam com a ilusão dos tais “novos mercados” que não vieram (tal como havíamos alertado). Entretanto, entregam trabalho a empreiteiros e subempreiteiros, promove a precariedade, e o Arsenal vai ficando mais fraco, e mais fraca a indústria naval, e a manutenção da frota da Marinha. E mais fraco fica o país: mais pobre, mais dependente, mais vulnerável.

A tal fidalguia da alta finança, numa pandilha recauchutada que já foi do Beato e que agora regressa à Lapa (com um saltinho pelo Caldas), vem sugerir novas e criativas formas de tirar mais a quem tem menos. Falam em “mais sociedade”, mas o que oferecem é menos humanidade.

O PS diz-nos outra vez: “estão a ver, aqueles são piores do que nós”. E apesar das profissões de fé, é com “aqueles”, os mesmíssimos “aqueles”, que depois se entendem e aprovam as políticas de direita que impõem ao povo.

Aliás, pode-se dizer que a questão de fundo nas divergências entre os partidos da troika PS/PSD/CDS-PP, nas matérias centrais e decisivas, não é um problema de volante mas de acelerador: as diferenças não são de “mais à esquerda ou mais à direita”, mas sim de “mais depressa ou mais devagar”...

Tal como alertámos, as medidas impostas por essa “troika de cá”, em sucessivos PEC e Orçamentos do Estado, não evitaram especulação nenhuma nem “acalmaram os mercados”. Porque o problema aqui não é do sistema nervoso: é do sistema económico!

O que estas medidas confirmaram, pelo contrário, foi o seu efeito recessivo, factor de agravamento das taxas de juro cobradas, numa espiral especulativa que não vai parar enquanto o chantageado continuar a ceder ao chantagista.

Olhem para a Grécia, senhores! Depois de tantas “ajudas” do FMI e do BCE, depois de aplicada esta mesma cartilha que querem aqui aplicar, os juros da dívida grega estão agora a 25%.

É como se víssemos os outros com as barbas a arder, e puséssemos as barbas de molho num bidon de gasolina...

Não, senhores eleitos e senhores munícipes. Não é com as políticas que nos meteram neste buraco que vamos conseguir sair dele.

Esta força que aqui está não abdica da independência e soberania nacionais, recusa uma política de que é de austeridade para os trabalhadores e o povo e de enriquecimento dos capitalistas. O País precisa de uma política alternativa orientada para o desenvolvimento e crescimento económico recusando a recessão, o desemprego massivo, o aumento das desigualdades e o empobrecimento dos portugueses.

E ao contrário do que diz essa “troika de cá”, que tudo isto é inevitável e não há alternativa, nós propomos medidas concretas, que podem e devem ser desde já assumidas, em ruptura com a actual política:

Propomos a renegociação imediata da dívida pública portuguesa – reavaliando prazos, taxas de juro e montantes a pagar, aliviando o Estado do peso e do esforço do serviço da dívida, canalizando recursos para a promoção do investimento produtivo, a criação de emprego e outras necessidades do país.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Propomos a intervenção junto de outros países que enfrentam problemas similares da dívida pública – Grécia, Irlanda, Espanha, Itália, Bélgica, etc. Haja ação convergente para enfrentar os especuladores, haja medidas que libertem os países (e o nosso em particular!) desses pactos e ditames que, mais do que estúpidos como dizia o outro senhor, são arma de assalto contra a vida dos povos.

Propomos a diversificação das fontes de financiamento, captando poupança nacional, desenvolvendo relações bilaterais, encontrando formas de financiamento e relações comerciais, mutuamente vantajosas, com outros países de outros continentes.

A par desta resposta concreta e imediata, é indispensável e urgente recuperar os principais instrumentos de soberania económica. O país não pode continuar a pedir dinheiro emprestado para pagar empréstimos.

O crédito a que se recorre tem de ser para produzir, e assim diminuir o endividamento crónico!

E isso implica uma política de defesa e promoção da produção nacional, com uma estratégia de industrialização do país, potenciando todos os recursos nacionais:

É urgente o reforço do investimento público, voltado para a indústria, a agricultura e as pescas, para a criação e recuperação de infra-estruturas necessárias à produção, bem como para a rede de transportes e logística; uma política que, a par do desenvolvimento das exportações, aposte na substituição de importações por produção nacional.

É urgente o aproveitamento integrado de todos os recursos nacionais com políticas:

(i) que, concretizando medidas de combate ao desemprego, ao trabalho precário, à desvalorização dos salários, valorizem o mais importante potencial nacional – a capacidade criativa e produtiva das pessoas (que está a ser desbaratada e sangrada na saída para o estrangeiro) e

(ii) que promovam os importantes recursos naturais do subsolo e energéticos, agrícolas e florestais, os recursos do mar, assim como de toda capacidade produtiva ainda instalada no nosso país – designadamente no plano industrial.

Senhor Presidente, Senhora Presidente da Câmara,

Senhores eleitos municipais,

Perante a gravidade da situação do país e da vida dos portugueses, ganham força e destaque as linhas de descredibilização das instituições do regime democrático e do 25 de Abril.

Acentua-se a linha de mistificação e mentira, com a conversa de que “os políticos são todos iguais”, de que “os partidos são todos iguais”, etc., etc., etc.

Procura-se esconder as verdadeiras razões, responsáveis e beneficiários dessa política de direita que tem sido praticada há mais de três décadas, e ocultar a distinção entre os que aplicam e apoiam essa mesma política e os que as contestam propondo alternativas, como faz o PCP.

O que nós daqui dizemos é que não é tudo a mesma coisa! No passado e no presente, antes de Abril e agora, há quem defenda na política os exploradores e os seus interesses – e há quem não desista de lutar contra a exploração.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Não foi com o Portugal de Abril, mas sim contra o Portugal de Abril, que chegámos a esta degradação da democracia política, com o alastramento da corrupção e do tráfico de influências, as promessas incumpridas, a falta de transparência, a chantagem, a mentira e o vale tudo na vida política, atingindo níveis nunca vistos, inaceitáveis e incompatíveis com o regime democrático.

Não foi com o Portugal de Abril, mas sim contra o Portugal de Abril, que chegámos a esta vergonhosa subordinação dos responsáveis da política de direita, aos interesses da alta finança e do poder económico.

A defesa da democracia e das liberdades, baseada nos princípios do regime democrático conquistado com Abril, é parte integrante da construção de uma política alternativa, patriótica, de esquerda. Uma política que, tal como Abril, e tal como a Constituição de Abril (e tal como os Constituintes de Abril) assumam de que lado está e de lado fica: do lado do povo e dos trabalhadores.

Para aqueles que nos disserem que esta política de ruptura e mudança e alternativa e futuro é apenas uma utopia (coisa insignificante, irrelevante, improdutivo), lembramos apenas este ponto da ordem de trabalhos: 25 de Abril.

Abril aconteceu porque durante todo o tempo houve sempre alguém que não desistiu de lutar. Que acreditou que a mudança era possível, que as “inevitabilidades” podiam ser vencidas. Foram eles, os construtores do Portugal de Abril, e de Almada Concelho de Abril – e nesta sala temos a honra da presença de alguns deles – que demonstraram como se pode fazer da utopia sonho, fazer do sonho projecto, fazer do projecto obra.

É por isso que dizemos que é preciso (e é possível!) romper o medo. Romper com estas políticas. Dizemos que a vida não tem que ser assim. A política não tem que ser assim.

Perante o descontentamento e a revolta que cada vez mais se fazem sentir, dizemos que nós não somos revoltados: somos revolucionários. E por isso mesmo temos confiança.

Ao contrário de um certo poema, nós sabemos que não vamos por aí, mas sabemos por onde vamos. E é pela luta que vamos. Com Abril, para o futuro.

Viva o Poder Local Democrático,

Viva a Juventude e o Povo de Almada,

Viva o 25 de Abril!"

5.7 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

"Srs. Deputados Municipais;

Senhora Presidente da Câmara

Senhoras e Senhores Deputados Municipais

Senhoras e Senhores Vereadores

Senhoras e Senhores Presidentes das Juntas e Assembleias de Freguesia e demais Eleitos no Poder Local.

Senhoras e Senhores Convidados, digníssimos Representantes de Instituições, Entidades e Organizações do nosso Concelho.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Senhoras e Senhores Munícipes

Comemoramos Abril e o seu 37º Aniversário, relembrando a Liberdade, lembrando a alegria da libertação, glorificando o Povo e os Militares na Rua em Luta e na Festa da Unidade, fazendo História.

Comemora-se o 25 de Abril de 1974, o Dia da Liberdade, porque o País era uma Prisão.

Pelo que importa relembrar também o Fascismo, porque existiu mesmo, não foi apenas o antigo regime, o estado novo - foi o regime opressivo, repressivo e explorador. Por isso existiram antifascistas que durante 48 anos enfrentaram a ditadura, resistiram, lutaram, foram presos, deram a vida.

Mas valeu a pena, os seus sacrifícios não foram em vão.

Comemoramos Abril e desde logo a sua primeira conquista - a Liberdade.

Mas Abril foi muito mais do que a Liberdade. Abril foi revolução, foi transformação, foi luta, foi caminho, foi conquista.

Conquista do direito ao trabalho e ao trabalho com direitos, ao salário mínimo, ao subsídio de desemprego, de férias, de natal.

Conquista do direito à saúde, à educação, à segurança social.

Abril foi o fim da guerra colonial e a descolonização.

Abril foi a terra a quem a trabalha e as nacionalizações.

Abril foi o Poder Local democrático.

Abril que gerou e proclamou a Constituição de 1976 a mais progressista de toda a Europa Ocidental consagrada da democracia de Abril - uma democracia avançada nas suas vertentes económica, social, política e cultural.

Comemoramos Abril, mas também com a consciência clara de que, entretanto daquilo que de Abril se conquistou, muito se perdeu, por efeito de uma ofensiva contra as conquistas da revolução orientada pela política neoliberal, que tem vindo a roubar a Abril o que de mais progressista e de moderno havia sido conquistado - e tudo é feito em nome do progresso, da modernidade, do bem do povo.

A propósito importa não esquecer que em Abril de 1974 o País estava mergulhado na mais grave crise da economia mundial do pós-guerra, em pleno choque petrolífero. O Poder Económico dominante sabotava as empresas. Apesar disso e por isso, uma delegação do Departamento de Economia do Massachusetts Institute of Technology (MIT), a convite da OCDE, esteve em Portugal em Dezembro de 1975 e início de 1976, concluindo, no seu relatório, que e cito «embora a situação seja muito fluida, no princípio de 1976, a economia portuguesa está surpreendentemente saudável. Se há uma potencialidade perigosa para declínios reais no produto e no rendimento, mais desemprego e inflação, há, também a potencialidade para uma forte recuperação (.....) Para um país que recentemente passou através de reformas sociais, um mar de mudanças na sua posição no comércio externo e seis governos revolucionários nos últimos dezanove meses, Portugal goza, inesperadamente, de boa saúde económica».

E porquê. Porque, e não pode ser escondido ou abafado - tinha havido o processo Revolucionário - o PREC. Porque tinham havido mudanças estruturais ao nível dos sectores básicos da produção, as



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

nacionalizações, a reforma agrária, a participação dos trabalhadores, as melhorias salariais, o aumento da produção, que salvaram a nossa economia do colapso.

O colapso acabou por suceder, por outra e contrária política, aí o temos também nos dias de hoje e ontem como agora, determinada e forjada pelo grande capital.

Senhoras e Senhores

Que orgulho nacional todos tínhamos pela Revolução de Abril. Que alegria sentíamos pela forma como éramos apreciados, respeitados, saudados, enaltecidos pelos Povos do Mundo inteiro.

Que honra, que ufania, que satisfação, sentíamos quando em Portugal ou no estrangeiro perante outros nos afirmávamos como Portugueses do Portugal da Revolução de Abril. Desse País pequeno e grande na história mundial, que com cravos nas espingardas derrubou uma velha ditadura, acabou com uma guerra, conquistou a liberdade e a democracia e foi mola impulsionadora, exemplo, para transformações políticas e sociais em outros países e continentes - Espanha, Grécia - África, Ásia.

E hoje caros Senhores e Senhoras o que sentimos, o que vemos, o que temos. Somos portugueses no Portugal de quem

Andamos cabisbaixos, envergonhados

São espezinhadas a decência e a dignidade

O Capital domina e determina e quer acabar com Abril.

Acentua-se a exploração de quem trabalha, aumenta o desemprego, a precariedade, os baixos e cada vez mais baixos salários e reformas.

Cresce o número de pobres e os ricos estão cada vez mais ricos.

Eis o Portugal do Capital. Eis o Portugal da resignação e submissão aos estrangeiros, do FMI, do BCE, da União Europeia. Eis o Portugal das desigualdades sociais e da pobreza. Eis o anti-Abril.

Eis a tríade para, dizem-nos, "ajudar" na dita operação do resgate financeiro a Portugal. Operação essa dizem-nos também que dará um lucro de 520 milhões de euros ao FMI e de 1.060 milhões aos países europeus.

O Capital financeiro põe e dispõe.

A Banca e seus Banqueiros portugueses exigem prepotentemente e o poder político instituído submisso aceita.

Importa a propósito não esquecer, que a banca privada em 2010 (no ano passado) obteve o melhor resultado líquido dos últimos 3 anos.

Os três maiores bancos lucraram 996,9 milhões de euros, o equivalente a 2,7 milhões por dia, e mais 75 milhões do que em 2009.

Porque têm de ser todos os portugueses a pagar os erros, as fraudes de certa banca e de seus banqueiros? O BPN e o BPP só tinha um gestor responsável? Onde estão os outros seus amigos administradores e certos accionistas.

Senhoras e Senhores.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Também a propósito que bela lição nos dá aquele pequeno grande e independente País do Atlântico Norte - a Islândia - com os seus 320 mil habitantes.

Atentem por favor

Um banco privado islandês captava depósitos prometendo pagar altíssimos juros (tal como o fazia o Banco Privado Português - BPP e o Banco Português de Negócios - BPN). Com essa promessa captou mais de 4 mil milhões de euros de clientes ingleses e holandeses. Mas para pagar juros tão altos os administradores bancários islandeses lançaram-se em desenfreada acção especulativa (tal como o foi feito também pelos gestores do BPP e BPN), aplicando os depósitos em "produtos de alto risco" sem qualquer sustentação económica".

Mas, a espiral especulativa atingiu o abismo, a crise consumou-se, o banco deixou de pagar os tais juros altíssimos, o valor do dinheiro investido na especulação passou a valer nada. O Banco islandês entrou em insolvência.

Eis que perante a falência do banco, em "socorro" se assumem bancos holandeses e ingleses para dar uma "ajuda" (as tais ajudas) e combinados com o governo islandês, da altura, que se compromete a pagar o empréstimo, liquida os depósitos dos seus nacionais clientes.

O banco islandês é encerrado por falência, mas são conhecidos os abusos, a forma fraudulenta como eram aplicados os depósitos dos clientes, sendo os seus gestores e governantes cúmplices condenados a prisão efectiva.

Entretanto os bancos holandeses e ingleses vem exigir ao Estado Islandês o pagamento do empréstimo, os tais 4 mil milhões de euros e respectivos juros. É este facto que determina a entrada do Povo na contenda, dizendo ao seu Governo e aos bancos estrangeiros que não era a Islândia nem o seu Povo que deviam dinheiro, e não pagaram, apesar das ameaças e das pressões.

Senhoras e Senhores

Abril sofre. Abril está mais pobre.

Temos que nos libertar desses outros novos "salvadores".

O Governo demitiu-se. O Parlamento está dissolvido. As eleições legislativas são dia 5 de Junho. O Povo é chamado a decidir - o Povo é quem mais ordena.

É mesmo o povo quem mais ordena, a pergunta impõe-se

As Forças Políticas, Os Partidos elaboram os seus Programas Eleitorais para que o Povo decida em consciência.

É mesmo o povo quem decide, a pergunta impõe-se.

Porque dizem que o Programa do próximo Governo, o Governo do "Arco Resignatório" esse está já pronto, foi elaborado pela Tríade - FMI, BCE e UE, é quase uma cópia dos Programas de Governo da Irlanda e da Grécia, adiantam.

Senhoras e Senhores

Abril está cada vez mais pobre, é verdade, mas vai resistindo, pela resistência dos trabalhadores e de todos aqueles que vivem e sentem Abril



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Esses bem sabem que é em Abril que reside a esperança de um Portugal novo, solidário, fraterno, justo, independente e de paz, e liberto da opressão e da exploração.

E vale a pena lutar pelos ideais de Abril, ideais humanistas, ideais civilizacionais, ideais progressistas - a Justiça Social, a Igualdade, a Liberdade, a Solidariedade, a Fraternidade.

Eis a seiva que continua a correr e que dá força para prosseguir a luta e demonstra que existem alternativas.

A Revolução dos Cravos, o 25 de Abril em Portugal, foi um tempo novo na nossa história colectiva, um desses momentos históricos que marcou a letras de fogo a alma de muitos milhões de portugueses, e a confirmação de que o sonho é possível, se por ele lutarmos, a demonstração de que o que parece impossível é possível de realizar, se nisso acreditarmos e por isso lutarmos.

"O sonho comanda a vida" e

"Não há morte para o vento"

Lembremo-nos de que a Pátria só pode ser grande se for livre, se forem os portugueses a decidir os seus destinos.

Viva Abril

Viva Portugal

Viva o Portugal de Abril"

6 - Não havendo mais pedidos de palavra deu-se por concluída a agenda da reunião.

7 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssima Senhora Maria Emilia Guerreiro Neto de Sousa e dos Vereadores Excelentíssimos Senhores António Manuel Veiga dos Santos Mendonça Mendes, José Manuel Raposo Gonçalves, Jorge Manuel Bonifácio Pedroso de Almeida, António José Sousa Matos, Maria D'Assis Beiramar Lopes Almeida, Maria Amélia de Jesus Pardal, Helena Maria Gomes Oliveira, Rui Jorge Palma de Sousa Martins, Nuno Filipe Miragaia Matias.

8- Foi verificada a presença na Reunião dos Jornalistas, Senhora Joana Fernandes, da Agência Lusa; Senhor Humberto Lameiras, do Jornal da Região e Senhor Miguel Ribeiro, Boletim Municipal DIRP - CMA e de cinquenta e oito Senhores Munícipes.

9 - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Acta, que foi aprovada por unanimidade.

10 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 22H30 do dia 29 de Abril de 2011.

11 - Por ser verdade se elaborou a presente Acta, que vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO _____